

# Entidade desvia R\$ 2 milhões da FNS

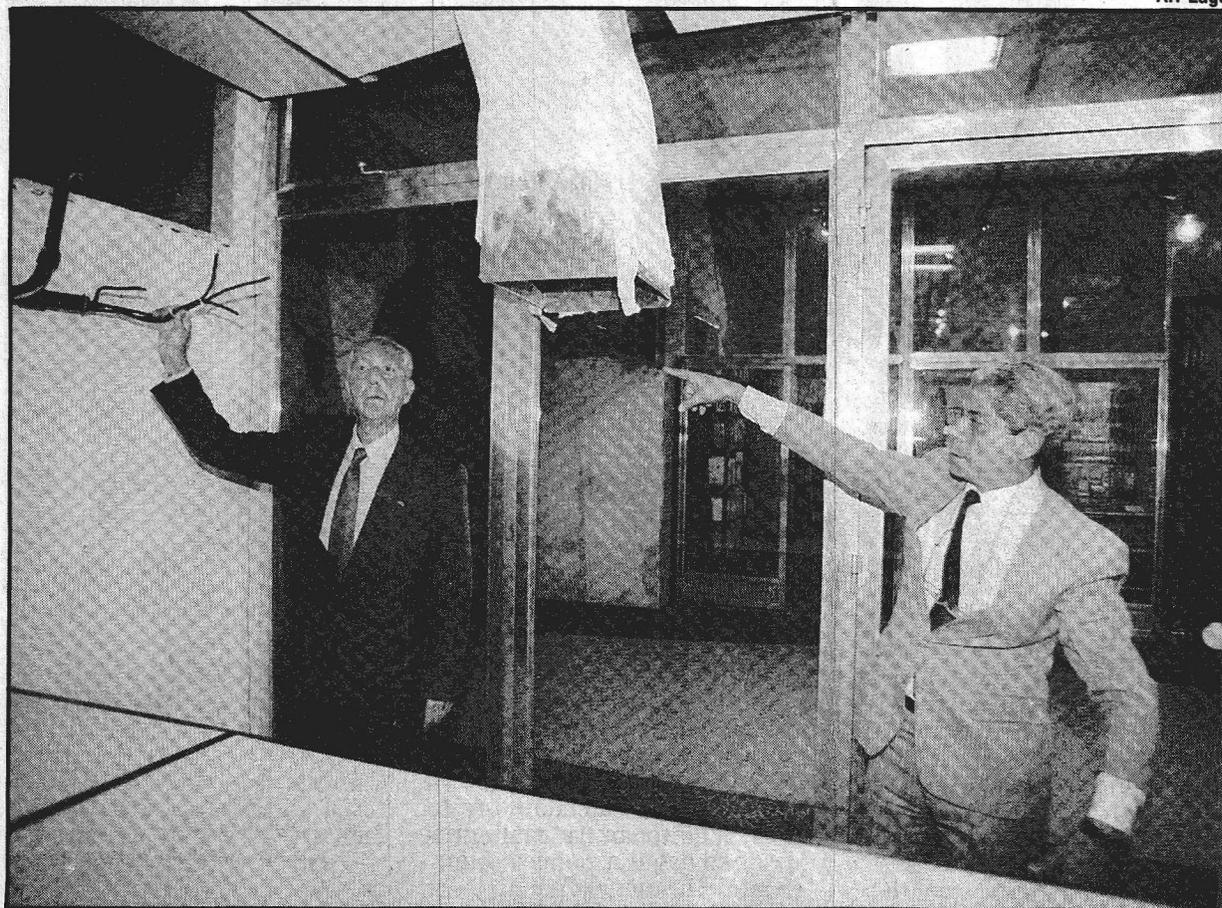
REGINA ELEUTÉRIO

Emprestar o nome para contratar agentes sanitários no lugar da Fundação Nacional de Saúde foi, para a Associação Filantrópica Educacional Santa Bernadete (Afesb), como ganhar um prêmio acumulado da Sena. Em apenas dois meses, a entidade desviou cerca de R\$ 2 milhões do total destinado pela FNS para o pagamento dos guardas sanitários no Rio e em Duque de Caxias, Niterói, Queimados e Japeri. Responsável, nos meses de maio e junho, pela contratação de 3.949 agentes sanitários nesses municípios, a Afesb não sabe explicar onde foram parar cerca de R\$ 2 milhões destinados a direitos sociais e trabalhistas dos contratados. A atual diretoria, que tomou posse no dia 26 de julho, alega que a diretoria anterior, que assinou o convênio com a FNS, sumiu levando todos os documentos.

Um escândalo que não foi sequer original. De novembro de 1993 a abril deste ano, quem intermediava a contratação dos agentes sanitários para a FNS era a Associação Bahiana de Beneficência (ABB), cujos conselheiros alegam que nunca tiveram acesso a qualquer documento referente ao pagamento dos contratados. O diretor responsável por esse pagamento, José Casali Filho, é acusado por outros integrantes da ABB — em notificação registrada no 4º Ofício de Títulos e Documentos — de apropriação indébita de dinheiro dos trabalhadores, de mal versação dos recursos públicos e de várias outras irregularidades trabalhistas. O GLOBO não conseguiu localizá-lo.

A terceirização começou em 1991. Por conta da epidemia de dengue, a FNS fez, em abril daquele ano, um contrato de emergência com os guardas sanitários. Em outubro — proibida por lei de renovar a contrato — a FNS passou a fazer convênios com entidades filantrópicas para que contratassem os guardas. Toda a despesa, porém, continuava por conta da fundação. Com a terceirização, intensificaram-se os problemas.

As denúncias de corrupção e de desvio de recursos remontam a outubro de 1991, quando a contratação passou a ser interme-



João Ribeiro (à esquerda) e Dilto Parente mostram onde ficava o aparelho de ar-condicionado central, levado pelos ex-diretores

diada pela Famerj. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Contratados do Estado do Rio (Sintra-Cerj), desde essa época os recursos destinados ao Fundo de Garantia e a demais encargos sociais não são pagos aos trabalhadores ou, então, o pagamento é apenas parcial. Esta semana, o sindicato vai entrar com denúncia junto ao Ministério Público Federal para que os desvios sejam apurados.

— O prejuízo dos cofres públicos é muito maior. Temos informações de que pelo menos 80 funcionários são fantasmas. Sem falar que as faltas são descontadas do salário, mas o dinheiro não é devolvido à FNS — declarou Ricardo Alves de Oliveira, presidente do Sintra-Cerj.

Em outubro do ano passado, o Sindicato entregou ao ministro da Saúde, Henrique Santillo, o processo administrativo 017885/93-61 requerendo o pagamento de todo o passivo trabalhista desde abril de 1991 e denunciando corrupção e desvio de recursos da FNS.

## Telefones foram instalados em empresa

No combate ao mosquito, uma das principais armas da Associação Bahiana de Beneficência (ABB) foram os telefones. Contratada em novembro pela FNS para intermediar a contratação de agentes sanitários, a ABB pediu, no início deste ano, dez linhas telefônicas à Telerj. Todas para endereços estranhos à entidade: seis linhas para a empresa Norte Turismo Ltda; duas para um apartamento em Ipanema; outra para um apartamento no Condomínio Portões da Barra; e a última para Irajá.

Em maio, conselheiros da ABB registraram no 4º Ofício de Títulos e Documentos uma notificação ao vice-presidente financeiro, José Casali Filho — responsável pela movimentação dos recursos da FNS — de que pretendiam responsabilizá-lo pelos danos que causasse à entidade. Casali é acusado de apropriação indébita de dinheiro não depósito do FGTS e demais encargos sociais.

A notificação indaga ainda o

que foi feito de materiais, equipamentos, veículos e uniformes que, segundo o contrato, seriam transferidos para a associação pela FNS. E também qual o destino das verbas não repassadas aos trabalhadores como obrigações sociais, embora recebidas da FNS com essa finalidade.

Alguns conselheiros afirmam que tanto Casali — que pediu demissão do cargo em julho — quanto o presidente, Roque Vicente Ferrer, foram indicados pela FNS. Para que, três meses antes do contrato, pudessem assumir a diretoria embora não fossem associados, o estatuto da ABB foi mudado e registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, dando todo poder aos dois novos membros. Que tiveram o cuidado de incluir uma cláusula final, isentando todos os associados e membros da diretoria e dos conselhos administrativo ou fiscal, de qualquer responsabilidade pelas obrigações contraídas em nome da ABB.

## Ministério cassou registro de associação

A Associação Filantrópica Educacional Santa Bernadete (Afesb) não poderia ter assinado o contrato com a Fundação Nacional de Saúde (FNS-RJ) porque seu registro de utilidade pública fora cassado pelo Ministério do Bem Estar Social seis meses antes. Inicialmente, o convênio, em URV, foi feito apenas para os meses de maio e junho, mas já estava acertado que seria prorrogado até o fim deste ano.

De julho a dezembro, desta vez com um convênio em Real, estava previsto que a FNS pagasse R\$ 13,1 milhões para a Associação Filantrópica Educacional Santa Bernadete (Afesb). Desse total, R\$ 5,47 milhões (o equivalente a 71,5% do total) seriam para assegurar o pagamento de encargos sociais e direitos trabalhistas dos agentes sanitários.

Na sexta-feira, nem o presidente da Afesb, João Ribeiro, nem o vice-presidente financeiro, Dilto Parente — recém-empregados — sabiam o destino desse dinheiro. Quem assinou o convênio foi Carlos Celso de Melo Braga, presidente destituído e desaparecido. Segundo Parente,

o ex-presidente e outros três diretores fugiram na véspera da final da Copa do Mundo levando todos os documentos da Afesb, o aparelho central de ar condicionado, a torre de refrigeração, 14 luminárias, uma geladeira, uma central telefônica com cinco aparelhos e a porta do banheiro:

— Não sabemos de nada, mas vamos acioná-los judicialmente para que a associação não pague pelo erro deles. Só sei que a Afesb ficava com apenas 2% a título de administração, para pagamento de nossos funcionários — declarou Parente.

Para explicar o que era pago aos contratados, ele pediu a ajuda de Carlos Gérson Pinheiro, funcionário que ajudava na contabilidade. Segundo Pinheiro, o único direito dos trabalhadores era o INSS, desconto dos salários e não da verba extra.

— Se não têm direito a mais nada, por que a FNS repassou, além dos salários, mais 71,5% para a Afesb? — indagou o repórter.

— Ah, isso eu não sei — respondeu.

## Conveniadas não pagavam FGTS e outros encargos

Intermediar a contratação de agentes sanitários para a FNS é um bom negócio. A fundação fica com todos os encargos financeiros; fornece insumos, equipamentos e veículos; designa servidores de seu quadro para apoiar a associação; e acompanha, supervisiona, coordena e fiscaliza as ações de combate a epidemias. Pelo contrato, as entidades conveniadas podem aplicar os recursos repassados pela FNS no mercado financeiro e prestar contas até 30 dias após o fim do convênio. Além dos salários, a fundação repassa também recursos para pagamento do FGTS e demais encargos sociais.

Para a Famerj, a fundação repassava mais 30% sobre o total pago. O percentual não incidia sobre benefícios como

diárias e ajuda de custo. Com a Associação Bahiana de Beneficência, esse percentual subiu para 71%. Para a Santa Bernadete, a FNS passou a pagar 71,5% sobre o total do salário (incluindo a ajuda de custo).

— Eles recebem agora um dinheiro que vão gastar depois. Só no final a gente descobre que os direitos sociais não foram depositados — afirma João Batista de Assis, diretor financeiro do Sindicato dos Trabalhadores Contratados (Sintra-Cerj).

Muitas das atividades atribuídas às entidades nos contratos são executadas pela FNS — como visita aos locais para diagnóstico e tratamento de focos; aplicação de inseticidas; e análise de formulários sobre atividades de campo.